

## A ADMINISTRAÇÃO DIOCESANA E A PRESENÇA DA IGREJA

O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII

### Introdução

É comum dizer-se que Portugal é um país fortemente católico e que os portugueses são fervorosos fiéis da Igreja de Roma. Não é nossa intenção pôr em questão a validade desta ideia genérica que hoje se pode colher em diversos círculos de opinião. Contudo, deve-se reconhecer que a historiografia portuguesa pouco tem feito para tentar esclarecer como é que este processo de catolização se efectivou. Concretamente, pouco se sabe como, particularmente depois de Trento, se foi moldando o cristianismo dos portugueses, e que mensagens e que meios a Igreja utilizou para chegar junto dos seus crentes.

Um olhar sobre a produção historiográfica nacional relativa à história da Igreja e das atitudes religiosas em Portugal deixa perceber como ela se tem centrado principalmente no estudo das relações Igreja/Estado, privilegiando uma análise do desempenho político da Igreja, sobre o estudo de algumas figuras «ilustres» da Igreja portuguesa (bispos, monges, místicos, missionários), sobre as relações de Portugal com a Santa Sé (mais uma vez, em grande parte dos casos, para melhor conhecer a relação Igreja/Estado entre nós), sobre a «arte religiosa», sobre a acção de algumas congregações religiosas, sobre o culto de alguns santos (com destaque para Maria), e ainda sobre a importância das missões portuguesas nos territórios descobertos pelos seus navegadores<sup>1</sup>. Além

---

<sup>1</sup> Não pretendemos elaborar aqui uma análise exaustiva das temáticas e sentidos da história religiosa em Portugal, mas tão só salientar algumas

disto a maior parte dos trabalhos que se têm realizado centram-se, em termos cronológicos, maioritariamente na época medieval<sup>2</sup>.

Pelo que se acaba de dizer hoje muito pouco se sabe:

A) Sobre a história da administração eclesiástica: Qual era a rede de implantação territorial das várias dioceses do reino? Como é que os bispos marcavam a sua presença na área da sua jurisdição episcopal? Quais eram as relações que estabeleciam entre si? Como se organizava internamente a administração episcopal? Como estavam organizados e trabalhavam os tribunais episcopais? Quais eram os «funcionários» de toda a complexa máquina burocrática que se criava nas dioceses? Qual a influência desempenhada pelos bispos na gestão desta realidade? Quais as relações entre os bispos, os cabidos e os outros «poderes religiosos» (colegiadas, mosteiros, ordens militares) nas dioceses? Em que sentido influenciavam a vida diocesana?

B) Sobre a forma como a Igreja a partir das suas dioceses contactava, difundia a sua mensagem e efectivamente marcava a sua presença junto das populações: Que mensagens pretendia transmitir? Quais as fontes originais dessas mensagens? Quem eram, donde vinham, que formação tinham os membros do clero que mais de perto contactavam as populações? De que mecanismos é que a Igreja dispunha para fazer ouvir a sua voz e marcar a sua presença? Como os usava? Como é que efectivamente fazia cumprir as suas propostas?

C) Sobre o efeito que a Igreja tinha junto das populações: Como eram recebidas estas mensagens? Como eram interiorizadas?

---

das correntes que predominam neste campo. Uma boa panorâmica do que se tem produzido em Portugal nestes domínios é o excelente e utilíssimo trabalho que Carlos Moreira Azevedo tem vindo a publicar na revista *Humanística e Teologia*, «Bibliografia para a história da Igreja em Portugal», começado em 1981, Tomo II, fasc. 1 e continuado regularmente até hoje. Esta bibliografia contempla actualmente cerca de 5.870 referências de monografias e artigos de revistas publicados entre 1961 e 1984.

<sup>2</sup> Consultem-se, por exemplo, os números da revista *Lusitânia Sacra*, 1.ª série (1956-1978), revista com um significado muito especial nesta área pela qualidade de muitos dos trabalhos que publicou, onde esta tendência é claríssima.

Que influência real é que a Igreja acabou por exercer nos comportamentos e nas crenças das populações? Quais eram as formas de piedade e as relações de sociabilidade religiosa praticadas por estas populações?

Este artigo procura ser um contributo para a resolução de algumas destas questões, centrando-se particularmente em aspectos ligados ao exercício do poder episcopal, da administração diocesana e das visitas pastorais, dando conta de alguns dos resultados a que projectos conjugados que se desenvolvem nestas áreas têm permitido chegar.

### **A diocese, o bispo e a administração episcopal**

A questão nuclear que nos preocupa, e em torno da qual gravita a investigação que fazemos, é a de saber quais os meios de que a Igreja dispunha e que processos utilizava para fazer chegar a sua mensagem junto das populações e quais os resultados concretos que essas acções tiveram nas práticas, nas crenças religiosas e nos comportamentos dos destinatários dessas políticas.

A nosso ver este tipo de problema só se pode resolver quando se analisa a intervenção e funcionamento da Igreja à escala de uma diocese, porquanto é a esse nível que se elaboram as estratégias concretas de acção pastoral que têm como receptores finais o conjunto dos fiéis. Esta ideia é ainda reforçada, para o período que nos ocupa, pelo lugar destacado que a partir do concílio de Trento é dado aos bispos em todo o processo de reforma disciplinar e pastoral da Igreja de Roma<sup>3</sup>.

Para se perceber como é que o bispo, enquanto representante da Igreja, tinha capacidade para se fazer ouvir e respeitar, é fundamental desde logo conhecer o espaço em que exerce os seus poderes, bem como toda a complexa máquina burocrática-administrativa que cria e gere para governar os seus territórios. O conhecimento do território no que concerne aos seus limites, à sua divisão administrativa, às suas características morfológicas, à existência de outros poderes alternativos e até concorrentes dos do bispo, cons-

---

<sup>3</sup> A este respeito ver, por exemplo, Jean Delumeau, *Le catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF, 1979, 62-66.

titui assim um quadro de referência fundamental. O conhecimento destas realidades era de igual modo sentido por alguns prelados quando eram nomeadas para dirigir a diocese. Assim, D. João de Melo, numa pastoral datada de 4 de Julho de 1684, imediatamente após a sua nomeação, pede a todos os párocos da diocese que lhe enviem uma relação das suas paróquias em que conste qual o seu orago, quem as apresenta, quantos eclesiásticos têm e se são ou não residentes na freguesia, quais os confessores com licença, quantos fogos possui, que ermidas nelas existem, etc.<sup>4</sup>

A diocese de Coimbra ocupava uma vasta área na região Centro de Portugal com cerca de 7.500 km<sup>2</sup> que, descrita de forma um tanto grosseira, se estendia de Aveiro até próximo de Leiria no sentido Norte-Sul, e que se desenvolvia do litoral para o interior desde o mar até às vizinhanças da Guarda, nos seus limites mais orientais<sup>5</sup>. Era constituída por 369 paróquias que se agrupavam em três arcediados, o de Penela (com 92 paróquias), o de Seia (123 paróquias) e o do Vouga (146 paróquias), para além das 8 freguesias da cidade de Coimbra que não faziam parte de qualquer destes três arcediados.

Este território transporta consigo as marcas de um passado distante claramente detectável na rede de padroeiros e de oragos de invocação das suas múltiplas paróquias, nos títulos que os párocos recebiam na sua freguesia e que o tempo mantêm praticamente inalterável<sup>6</sup>. Estas referências pluri-seculares constituíram decerto referências que marcaram a vida das populações, pela associação que estabeleciam entre o espaço que habitavam e a circunscrição eclesiástica a que pertenciam, pela subordinação económica a que muitos estariam obrigados em relação aos padroeiros da sua paróquia, pelo culto privilegiado que elegiam a um determinado protector celeste ao qual a igreja paroquial

---

<sup>4</sup> Ver, Arquivo Paroquial do Eixo, *Livro de capítulos de visitação 1667 a 1760*, fl. 30v.

<sup>5</sup> Esta descrição sintetiza uma análise mais vasta do território diocesano apresentada por Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, «A diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados e títulos dos párocos», *Revista de História das Ideias*, 11, 1989, 177-189.

<sup>6</sup> Uma análise descritiva destes indicadores encontra-se em Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, «A diocese de Coimbra no século XVIII...», *op. cit.*, 215-239.

estava ancestralmente ligada, pelo tipo de formação e desempenho do corpo clerical que mais de perto lidava com as populações.

O conhecimento do território constitui ainda uma chave de acesso e de entendimento da própria documentação deixada pela actividade administrativa e pastoral do bispo na sua diocese, na medida em que os arquivos eclesiásticos e muitas das actividades através das quais o bispo marcava a sua presença (de que as visitas pastorais são um exemplo flagrante) organizavam-se em função da ordenação territorial do bispado. Na realidade, todo o trabalho de reconstituição e inventário da documentação da Câmara Eclesiástica que se tem vindo a executar no Arquivo da Universidade de Coimbra, mostra como a documentação aí se organizava em termos geográficos, sendo muito comum que os documentos tivessem no seu canto superior esquerdo o nome da paróquia a que se referiam, para deste modo serem mais facilmente localizados e arquivados.

As visitas pastorais, por outro lado, eram efectuadas em função da rede de arcediagados e de paróquias, durante o século XVII e quase todo o século XVIII, já que nos finais do século XVIII passam também a respeitar a divisão em arciprestados.

O conhecimento do território ficaria mutilado sem a avaliação do número dos homens que o habitam. Não é possível determinar muitos dos indicadores de comportamentos das populações sem ter em conta o seu peso demográfico e a sua distribuição geográfica.

Ora o conhecimento desta realidade no que diz respeito às populações de Antigo Regime liga-se quase exclusivamente à capacidade que a Igreja tinha para contar os seus crentes. As fontes principais e mais conhecidas para a efectivação desta tarefa, os registos paroquiais, eram, com maior ou menor rigor, produzidos pelos párocos. Quando havia necessidade de fazer um levantamento da população, gesto que foi muito comum durante o século XVIII por parte de alguns autores de corografias, recorria-se ao conhecimento que os párocos tinham dos seus fregueses, cômputo que normalmente seria realizado por estes através do registo de róis de confessados<sup>7</sup>. Mas para além destas fontes, que têm sido pontual-

---

<sup>7</sup> As corografias produzidas no século XVIII onde há referências demográficas que tinham a sua origem nos párocos são a de António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares ...*,



mente usadas para estudos ao nível de certas paróquias, existem outras com carácter menos sistemático que contêm também informações demográficas igualmente produzidas pela capacidade que o pessoal eclesiástico tinha neste domínio. Refiro-me concretamente às informações paroquiais de 1721, de 1758 e de 1763 que abrangem grande parte da diocese de Coimbra, aos registos de róis de confesados e ainda a referências esporádicas que aparecem quer em alguns livros de capítulos de visita, como acontece com os capítulos da freguesia do Eixo, no ano de 1676<sup>8</sup>, quer em alguns processos de ordenação sacerdotal<sup>9</sup>.

Para a diocese de Coimbra é já possível ter uma ideia aproximada dos seus quantitativos populacionais durante o séc. XVIII. Sabemos que nos anos 30 do século XVIII a população maior de sete anos devia totalizar cerca de 270.000 almas, com uma densidade média de 35,7 almas/km<sup>2</sup>, que essa população pouco terá crescido ao longo deste século, se bem que com um ritmo de crescimento mais acentuado entre os anos de 1710 e 1720 e com uma frequência muito menor daí em diante, que as zonas de maior densidade populacional se situavam próximo do rio Vouga, ao longo do Mondego e ao longo de uma pequena linha no interior do arce-diagado de Seia e que, por oposição, as de menor densidade se

---

Lisboa, Of. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, 3 vols., a de Luís Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos da Europa*, Lisboa, Of. de José António da Sylva, impressor da Academia Real, 1734-1736, 2 vols. (em relação a esta não se sabe exactamente qual a fonte de informação dos valores demográficos), a do padre Luís Cardoso, *Dicionário geográfico ou notícia histórica de todas as cidades, vilas e lugares*, Lisboa, Régia officina Sylviana e da Academia Real, 2 vols. 1747-1751 (esta, como se sabe, uma obra inacabada que vai apenas até à letra «C») e a de Paulo Dias de Niza, *Portugal sacro-profano ou catálogo de todas as freguesias do reino de Portugal e Algarves: das igrejas com seus oragos...*, Lisboa, Of. de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Officio, 1767-68.

<sup>8</sup> Cf. Arquivo Paroquial do Eixo, *Livro de capítulos de visitação 1667 a 1760*.

<sup>9</sup> As informações demográficas nestes processos surgem normalmente quando é necessário justificar a ordenação de novos eclesiásticos. Ver, por exemplo, Arquivo da Universidade de Coimbra (a partir de agora sempre AUC), *Processo de ordenação de Manuel João Morais*, caixa 1349, processo n.º 4 e AUC, *Processo de ordenação de Manuel Brás*, caixa 1194, processo n.º 16.

situariam em toda a faixa litoral e nas serras da Estrela, Caramulo e Buçaco<sup>10</sup>.

Este território diocesano não era um espaço exclusivo dos poderes do bispo. Nele exerciam também influências, por vezes em áreas e assuntos concomitantes, outros poderes. Os padroeiros das paróquias, o mosteiro de Santa Cruz, que tinha encravados no interior da diocese territórios nos quais o bispo não exercia qualquer influência (não publicando aí as suas pastorais, não exercendo o direito de visita, não impondo a sua capacidade jurisdicional), o Santo Ofício, para já não falar de outras instituições como a Universidade, e até as «justiças régias». O facto de o bispo apenas apresentar, *in solidum*, os párocos de 32 das 369 paróquias da diocese, numa diocese onde os padroeiros com maior implantação territorial eram o rei com 50 paróquias, o cabido da diocese com 38, o mosteiro de Lorvão com 14, a Ordem de Cristo com 16, a Universidade e o mosteiro de Santa Cruz com 13, o convento de Santa Clara de Coimbra e o duque de Cadaval com 8, a Ordem de Aviz com 7, a Casa de Bragança e o Senhor de Melo com 6, tinha como consequência que o bispo não controlava em primeira mão a nomeação do clero da sua diocese (apesar de ter que autorizar a escolha feita pelo padroeiro), e ainda que em termos económicos a maior parte dos rendimentos das paróquias não estariam sob a sua administração e benefício, na medida em que pertenciam aos padroeiros. Este aspecto constitui um bom exemplo de como no território da diocese se jogavam outros poderes, que exerciam um domínio real sobre certos espaços da diocese.

Perante este quadro coloca-se a questão de saber quais eram os limites da acção destes vários poderes? Como é que eles conjugavam o exercício das suas influências? Como se relacionavam entre si? Estamos actualmente ainda muito longe de poder traçar uma descrição clara do que se passava nesta matéria. Podemos no entanto esboçar alguns indicadores.

---

<sup>10</sup> Esta descrição segue o que foi dito em Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, «A diocese de Coimbra no século XVIII ...», *op. cit.*, 206-214. Para uma análise mais detalhada e consulta de cartogramas com a representação dos quantitativos e da densidade populacional, bem como para a explicação do método que conduziu à obtenção destes valores aconselha-se a análise do artigo citado.

As relações entre o bispo e os padroeiros das várias paróquias não se conhecem. Como é sabido a nomeação de um benefício para uma qualquer paróquia estava sujeita à aprovação episcopal. Há abundante documentação relativa a processos de colação para a diocese de Coimbra, onde seria possível verificar a existência de eventuais atritos com este ou aquele padroeiro, mas de momento ainda não é possível sequer fazer o balanço dos quantitativos de processos existentes e sua distribuição geográfica.

Em relação ao mosteiro de Santa Cruz, instituição que desde tempos muito remotos marcou a sua influência nesta região, parece ter havido um respeito mútuo, sendo pertinente reconhecer como esta era a única instituição religiosa que no espaço da diocese mantinha privilégios que nenhuma outra tinha, nomeadamente no tocante à sua isenção em relação ao poder visitacional do bispo. Este clima de aceitação está bem patente no sentido de um documento que o prelado de Santa Cruz enviou ao Juízo da Coroa, no ano de 1786 protestando contra alguns abusos que se teriam verificado por parte de membros da justiça episcopal nos seus territórios. Neste texto, o prelado mostra como tradicionalmente os bispos de Coimbra não interferiam em Santa Cruz estranhando agora essa situação de abuso <sup>11</sup>.

O facto dos visitantes do bispo e de Santa Cruz serem distintos, na medida em que o bispo não tinha capacidade jurisdicional nos territórios de Santa Cruz, e vice-versa, deixa-nos ainda demonstrar com clareza como o território era importante em função do exercício de um certo poder. Isto porque há notícia de pessoas que para se isentarem da acção do visitante episcopal fogem para os territórios de Santa Cruz durante a visita, sendo a situação inversa igualmente verdadeira <sup>12</sup>.

As relações entre o bispo e o cabido da diocese não se conhece que tivessem sido predominantemente alterosas, à excepção do que sucedeu durante o bispado de D. João de Melo (1684-1704). Se bem

---

<sup>11</sup> Ver António Rocha Madahil, *Os privilégios do isento de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra, 1940, 53, onde se dá notícia desta situação.

<sup>12</sup> Em 1695 uma rapariga de nome Escolástica, acusada de andar amancebada com um António Fernandes, fugiu de S. Martinho do Bispo para o isento da Ribeira de Frades, 8 dias antes da visita, dizendo-se que o fez com medo da visita. Cf., AUC, *Livro da devassa do arcediago de Penela de 1695*, III/D,1,4,4,47-A fl. 2v.



que não haja um domínio profundo do quadro global dessas relações, pelo menos para os bispados de D. Miguel da Anunciação (1741-1768 e 1777-1779) e de D. Francisco de Lemos Faria de Pereira Coutinho (1774-1777 e 1779-1822) parece seguro poder-se afirmar que era bom o clima existente entre as duas instituições<sup>13</sup>. Isto mesmo se pode depreender, ainda que com algumas cautelas, através do sentido de uma carta que no ano de 1743 o cabido escreve ao bispo, D. Miguel da Anunciação, onde, apesar do tom exageradamente encomiástico, se deixa escapar a ideia de que tradicionalmente as relações entre o cabido e os bispos tinham sido cordiais: «São as atenções, ou de que mais se obrigão os animos generozos, e a humildade e submissão as que nas maximas do Christianismo movem e inclinão os corações pios, e catholicos; he o animo de V. Ex.<sup>a</sup> pello ilustre dà seu sangue cheio de generozidade para se obrigar novamente desta attensão, com que o tratamos, e o seu corasão tem avultado em piedade e virtudes, que não deixará de inclinar-se à submissão e profunda reverencia com que o buscamos para perpetuarmos aquella boa armonia ordem e correspondencia, que desde o seo principio quizemos sempre ter com os nossos Prellados, e com maior gosto com V. Ex.<sup>a</sup>, como cabeça deste corpo Eccleziastico»<sup>14</sup>.

Este clima de bom relacionamento, ou pelo menos de respeito mútuo, parece não ter sido realidade, como se disse, no tempo em que foi prelado da diocese D. João de Melo. Foram muitas as críticas e ataques que o cabido moveu contra este bispo, por considerar que ele frequentemente se excedia nos seus poderes colidindo e usurpando prerrogativas dos capitulares. Queixavam-se que o bispo dava uma série de benefícios a pessoas poderosas sem ouvir o cabido, acusavam-no de ir contra certos privilégios do cabido,

---

<sup>13</sup> Esta ideia pode-se colher através da análise dos estudos publicados por Manuel Augusto Rodrigues, «D. Miguel da Anunciação e o cabido da Sé de Coimbra», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. V, 1983, 1-53 e do mesmo autor, «D. Francisco de Lemos e o cabido da Sé de Coimbra», Separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. IX, 1986.

<sup>14</sup> Cit. a partir de Manuel Augusto Rodrigues, «D. Miguel da Anunciação e o cabido da Sé de Coimbra», *op. cit.*, 15-16. O texto original encontra-se no AUC, *Acordão do cabido*, vol. 21 (1739-1745), fl. 128v.

como quando ele mandou prender um arcediogo de Penela que era beneficiado do cabido, de fazer despesas com dinheiros da Sé que eram do cabido, de pretender visitar de forma não costumada a comunidade capitular, de nomear para visitantes da diocese priores e vigários da sua confiança e alguns desembargadores, não recorrendo a membros do cabido que até aí tinham preferencialmente desempenhado essas funções, etc.<sup>15</sup>. Diga-se, no entanto, que o tom em que quase todas estas dissensões são referidas sugere que as relações entre o cabido e bispos anteriores, nomeadamente D. Fr. Álvaro de S. Boaventura, teriam sido cordiais e que seria precisamente a acção de D. João de Melo que teria quebrado esse bom clima existente.

Também terá sido favorável o clima existente entre o bispo e o Santo Ofício, que em alguns aspectos parece até terem concertado as suas actuações senão num plano sistemático pelo menos no resultado concreto das suas acções enquanto agentes de uma certa normalização de comportamentos, como mostrámos noutra local<sup>16</sup>.

Resumindo, diria que não se conhecem até hoje significativos e permanentes conflitos, impedimentos de visita (como acontecia com alguma frequência em Braga, por exemplo), ou disputas entre o poder episcopal e outras forças que se exercessem nos seus territórios, num quadro que parece ser o da afirmação cada vez mais forte e capaz dos poderes episcopais, na linha de certas directrizes emanadas de Trento.

A única excepção conhecida a este panorama sucedeu, nos anos de 1727 e 1728, quando aconteceu um conflito entre a jurisdição eclesiástica (na altura a sede estava vacante) e a jurisdição real, motivado por desentendimentos a propósito da tomada de contas dos legados pios instituídos por leigos. Este processo, que já se

---

<sup>15</sup> Sobre este assunto ver o estudo de Alice Rodrigues, onde se publica importante documentação que justifica estas situações, «Subsídios para o estudo da diocese de Coimbra. O bispo conde D. João de Melo (1624-1704)», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VII, 1985, sobretudo 240-242 e 269-302.

<sup>16</sup> A propósito desta articulação entre o Santo Ofício e o poder episcopal veja-se o nosso trabalho, «Inquisição e visitas pastorais: dois mecanismos complementares de controle social?», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, 85-102.

arrastava pelo menos desde 1693, deve-se ter agravado por volta de 1725, o que motivou uma provisão régia onde a situação de litígio está bem patente, como se pode ver quando nela se diz: «Provizam por que Sua magestade manda emprazar aos vezitadores que usurparão o conhecimento das confrarias e capellas leigas e de como manda que o provedor continue em tomar as contas sem embargo de estarem tomadas pelos vezitadores, pois só elle tem jurisdiçam legitima e os vezitadores nenhuma. Dom João (...) fasso saber a vos Provedor da Comarca de Coimbra que se vio a vossa carta por que me dezieis digo porque me desteis conta de que sahindo a vezitar para a parte do campo desta cidade o conigo pantalliam Pereyra de Sam Payo no anno de settecentos e vinte e hum provera pio e profano nas cappellas e confrarias leigas nam tendo nenhum juridissam, (...) a vista do que suspendestes a correção que estaveis pera fazer por vos achardeis embarassado a respeito da forma que nella haveis de guardar, porque estando essa provedoria no estillo de tornar a prover no profano das cappellas e confrarias leigas ainda que primeiro usurpadamente tivessem provido os vesitadores, entedereis ser furtado um dos cellarios e não querieis que os povos entrassem na duvida sobre qual dos menistros não prossedia com legalidade (...) e que dipois soubereis que nas cameras da comarca havia uma provizam pella qual eu mandava emprazar aos vezitadores de se intermetessem nas contas das cappellas e confrarias leigas, mas tam mal observada que ainda por ella senão fizera nenhuma notheficaçam (...)»<sup>17</sup>. Os resultados concretos desta situação conflituosa colhemo-los, por exemplo, na provisão de nomeação do visitador na visita do arcediagado do Vouga de 1729, quando se afirma «... por haver anos que se nao visitarao os arcediagados deste bispado por causa das controversias que ha entre a jurisdição real e eclesiastica sobre o tomar das contas no pio das capelas e confrarias instituidas e administradas por leigos (...) o reverendo visitador haverá de ordenado das rendas da mitra episcopal por esta vez outenta mil

---

<sup>17</sup> Cf. AUC, *Livro Velho da Provedoria*, III/D,1,11,5,15, fl. 249v-250, onde se podem encontrar cópias de outras duas provisões relativas a este assunto, sendo a primeira datada de 1693.

reis enquanto se não determinar a dita controversia entre a dita jurisdição real e eclesiastica»<sup>18</sup>.

Um território tão vasto e heterogéneo como o da diocese de Coimbra necessitava de uma organizada e complexa rede administrativa que permitisse um funcionamento eficaz da actividade pastoral e jurisdicional do bispo, actividade que se estendia por múltiplas áreas, que iam desde a gestão económica da diocese, à implementação de uma pastoral própria, passando pelos negócios relacionados com o foro eclesiástico, com a formação e controle das actividades do pessoal eclesiástico, com a tentativa de fazer assimilar junto dos fiéis um credo de comportamentos éticos não conflitantes com a ortodoxia Romana, com a preservação dos lugares de culto, etc. Até ao presente identificaram-se já os vários órgãos da burocracia diocesana e os cargos e respectivas competências a eles vinculados.

A administração episcopal estruturava-se em dois aparelhos fundamentais que exerciam uma actuação complementar e coordenada. De um lado a Câmara Eclesiástica, ou Mesa Episcopal, onde eram tratados os assuntos de natureza «espiritual». Era nessa «secção» da administração episcopal que se decidiam questões como a emissão de cartas de cura, que se despachavam os assuntos e os pedidos que se dirigiam ao bispo quando este por algum motivo estava impedido de o fazer, que se passavam as licenças de confessar, que se examinavam os candidatos às ordens sacerdotais (menores e sacras), que se confirmavam os estatutos das confrarias, que se fazia o registo geral dos confessados a partir dos róis particulares que eram enviados pelos párocos, que se tratava dos assuntos matrimoniais, que se autorizava a trasladação de ossadas de defuntos, que se recebiam os livros das visitas pastorais para depois se decidir como pronunciar os culpados nessas visitas

---

<sup>18</sup> Cf. *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1729*, III/D,1,5,1,9. A referência aos estipêndios do visitador é muito significativa neste contexto, uma vez que uma boa fatia dos proventos que estes oficiais recebiam advinha precisamente da tomada das contas dos legados pios. A cessação desta fonte de rendimento forçou assim a um aumento das despesas da Mitra para se pagar aos visitadores. Uma ideia dos proventos auferidos pelos visitadores pode colher-se em AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Penela de 1689*, III/D,1,4,4,46, fl. 2v-3.

(a partir do bispado de D. António de Vasconcelos e Sousa este processo da pronúncia nas visitas sofreu algumas alterações, motivadas provavelmente pelo aumento do volume de trabalho da Câmara, de forma que em Mesa apenas eram decididas pronúncias de casos mais graves sendo os outros pronunciados pelos visitantes durante a visita), etc.

Na Câmara Eclesiástica exerciam a sua actividade, sob a supervisão do provisor, que era a seguir ao bispo o cargo mais importante da hierarquia diocesana, o escrivão da câmara, que no *Regimento dos Officiais do Auditório Eclesiástico*, se recomenda fosse pessoa de muita confiança em virtude de escrever os assuntos mais importantes da diocese e ligados às tarefas do bispo, e um número variável de desembargadores (quando a Mesa Episcopal reunia para decidir uma matéria tinham que estar presentes pelo menos três pessoas contando com o provisor)<sup>19</sup>.

O segundo órgão da administração diocesana era o Auditório Eclesiástico, o tribunal episcopal se quisermos usar uma linguagem mais esclarecedora. Era aqui que se decidiam todas as querelas e casos crime em que o foro eclesiástico tinha competência.

O *Auditório* tinha um conjunto bastante numeroso de funcionários à cabeça dos quais se situava a figura do vigário-geral, que podemos dizê-lo, juntamente com o bispo e o provisor constituía o triângulo chave da administração episcopal. Ao vigário geral cabia a presidência das audiências do foro eclesiástico onde eram também julgados os casos das visitas pastorais que exigiam a execução de um processo, devia ainda mandar fazer os inventários de bens de clérigos quando estes faleciam e tomar conta dos testamentos nos meses da competência do eclesiástico. Cumpria-lhe ainda substituir o provisor por impedimento deste.

Para além do vigário geral existiam ainda no Auditório os cargos de desembargador, promotor, procurador, meirinho, solicitador, inquiridor, contador, porteiro, escrivão e ligado ao aljube da relação eclesiástico o aljubeiro, cujas competências são conhecidas<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Para uma análise mais detalhada das competências ligadas a estes cargos veja-se o *Regimento dos Officiaes do Auditorio Ecclesiastico do Bispado de Coimbra*, mandado elaborar pelo bispo D. Afonso Castelo Branco em 1591.

<sup>20</sup> Vide nota anterior.



Toda esta estrutura era presidida pela figura do bispo e este dava à sua actividade um cunho pessoal detectável em vários níveis. Desde logo porque, em teoria, havia uma série de casos da governação diocesana que eram da sua exclusiva competência como, por exemplo, a apresentação e colação de benefícios eclesiásticos, a nomeação de coadjutores nos casos de impedimento dos titulares de benefícios, a dispensa do cumprimento de penas decretadas pelo *Auditório*, a emissão de alvarás de fiança de presos, a passagem de licenças para pregar nos territórios da diocese, a autorização para se erigirem novas igrejas, capelas e altares, a permissão para que os titulares de benefícios se pudessem ausentar temporariamente, a passagem de licenças para se pedirem esmolas, a capacidade de nomear e prover todos os cargos da administração episcopal, a visitação do cabido no espiritual e da Sé no temporal, a emissão de cartas de excomunhão, a autorização para decretar, ou cancelar, dias de jejum, etc. Refira-se, no entanto, que muitos destes pedidos chegavam ao bispo através do provisor o que deixa supor que por vezes o bispo delegaria nele algumas das suas atribuições<sup>21</sup>.

A influência de cada bispo constata-se igualmente ao nível das «equipas de trabalho» episcopais, isto é, dos funcionários da sua confiança que um bispo reúne para o apoiarem. Esta situação é particularmente evidente ao nível dos mais altos cargos da hierarquia diocesana como o de provisor e vigário geral. Na realidade estes cargos mudam de mãos normalmente com a mudança de bispo. O exemplo que actualmente melhor se pode dar desta situação é o do que se passou com D. António de Vasconcelos e Sousa (1706-1717). Este prelado veio para Coimbra depois de ter exercido igual função na diocese de Lamego onde foi bispo desde 1692 até 1706. Naquela diocese tinha tido como vigário-geral Manuel Moreira Rebelo<sup>22</sup>. Este mesmo Manuel Moreira Rebelo era já provisor da

---

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 8 (é um pedido deferido pelo provisor para se benzer o sacrário da igreja paroquial de Almagreira), ou AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 16 (é um requerimento dos habitantes do Requeixo pedindo licença para se benzer uma capela para que nela se possa efectuar missa).

<sup>22</sup> As referências tocantes aos cargos ocupados por Manuel Moreira Rebelo na diocese de Lamego foram colhidas em M. Gonçalves da Costa,

diocese de Coimbra em 6 de Novembro de 1706 e nesse cargo se manteve pelo menos até 20 de Abril de 1716, acompanhando assim toda a governação de D. António de Vasconcelos e Sousa<sup>23</sup>. Manuel Moreira Rebelo foi ainda visitador em Coimbra, do arcediagado de Seia, nos anos de 1708, 1712 e 1713, função que já havia desempenhado igualmente em Lamego.

Um outro exemplo desta ligação do bispo a alguns dos oficiais diocesanos, é o de Manuel Rodrigues Teixeira no tempo de D. Miguel da Anunciação. A carreira promocional de Manuel Rodrigues Teixeira foi de facto notável. Em 1741, quando D. Miguel acedeu à prelatura, foi nomeado visitador do arcediagado de Penela, função que veio a exercer ainda em 1745, em 1743 e 1744 no arcediagado de Seia e em 1746, 1747, 1748 e 1750 no arcediagado de Vouga<sup>24</sup>. Em 1745 já era vigário geral do bispado e em 1750 provisor.

A confiança do bispo era de igual modo fundamental na nomeação para o cargo de visitador, que apesar de durar apenas durante o tempo da visita, era uma função muito prestigiante e rentável em termos materiais. O bispado de D. João de Melo nesta matéria suscitou inclusive a insatisfação do cabido da diocese que se queixava de que o bispo, contrariando costumes antigos na diocese, não nomeava para visitantes membros do cabido, procurando antes priores e vigários da sua confiança<sup>25</sup>. Alguma razão tinha o cabido nesta matéria pois a análise dos visitantes no tempo de D. João de Melo deixa transparecer que muito poucos pertenciam ao cabido, ao contrário do que sucedera no tempo de D. Fr. Alvaro de S. Boaventura, bispo que o tinha precedido, e que muitos deles eram sem dúvida priores ou vigários da sua confiança, como se prova pelo facto de terem recebido benefícios da apresentação do bispo por vezes imediatamente antes de serem

---

*História do bispado e cidade de Lamego*, vol. V, Lamego, Oficinas gráficas de Barbosa & Xavier, Lda., 1986, 27, 114, 123 e 186.

<sup>23</sup> Estes dados foram colhidos em AUC, *Livros de registo de colações do bispado de Coimbra*, III/D,1,4,2,17 e III/D,1,4,2,18.

<sup>24</sup> Cf. Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, «Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, séculos XVII, XVIII e XIX», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. VI, 1985, 111-214.

<sup>25</sup> A referência a esta insatisfação e protesto pode encontrar-se em Alice Rodrigues, *op. cit.*, 276, onde é citado um documento de suspeição do bispo de Coimbra por parte do cabido.

nomeados visitantes, e ainda pelo facto de alguns acumularem o cargo de comissários do Santo Ofício. Lembre-se que D. João de Melo tinha sido inquisidor em Elvas sendo por isso natural que tivesse gente das suas relações ligada a esta instituição. Em 1689 visitou o arcediagado do Vouga o prior António de Melo e Castro. Este homem era comissário do Santo Ofício e prior de Couto do Mosteiro, tendo sido apresentado para este benefício no ano de 1688 por D. João de Melo já que esta paróquia era da apresentação do bispo<sup>26</sup>. De igual modo, Manuel Soares de Gouveia foi colocado em Coja por nomeação de D. João de Melo em 1688, transitou para Espariz no ano seguinte, também graças a uma provisão de D. João de Melo, e em 1688 aparece como visitante do arcediagado de Seia, função que voltou a desempenhar em 1681 e em 1694<sup>27</sup>. Estes exemplos não esgotam os casos semelhantes conhecidos.

Mas a competência de nomeação de funcionários por parte do bispo não se limitava aos oficiais maiores antes se estendia por todos os cargos da administração diocesana sendo natural que o bispo neles colocasse gente da sua confiança<sup>28</sup>. Em alguns casos é mesmo possível ter acesso ao documento de nomeação episcopal como acontece com a nomeação de João António de Sousa Negrão, para o cargo de desembargador e de José de Gouveia e Araújo para promotor do Auditório, no ano de 1791, quando era bispo D. Francisco de Lemos<sup>29</sup>.

O resultado do governo diocesano enquanto função do desempenho de um dado bispo pode ainda constatar-se em muitos outros indicadores como no conteúdo das suas pastorais, no zelo que coloca na formação do pessoal eclesiástico (neste aspecto a criação do seminário diocesano por D. Miguel da Anunciação deve ser

---

<sup>26</sup> A colação deste benefício pode confirmar-se em AUC, *Inventário de colações*, III/D,1,4,2,38, fl. 67v.

<sup>27</sup> As colações dos benefícios podem confirmar-se em AUC, *Inventário de colações*, III/D,1,4,2,28, fl. 157 e 121v.

<sup>28</sup> Actualmente não é ainda possível ter uma cronologia e biografia (ainda que reduzida) de todos aqueles que desempenharam funções na diocese de Coimbra, mas essa é contudo uma das áreas onde actualmente trabalhamos.

<sup>29</sup> O inventário de documentação relativa à câmara eclesiástica que actualmente elaboramos no AUC, poderá trazer à luz mais decretos de nomeação deste género. Para o caso citado ver AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,6,2,22, doc. n.º 13.

destacada), nos resultados concretos das visitas pastorais no seu tempo (como adiante veremos), etc.

Esta rede alargada e complexa de actividades e cargos tinha um funcionamento eficaz. Sem pretendermos esgotar aqui o assunto podemos dizer que a capacidade de pôr toda esta máquina burocrática a funcionar era uma realidade. Existiam no arquivo eclesiástico livros para registar os vários negócios diocesanos, havia processos criados para permitir que um grande número de avisos, editais, requerimentos, pedidos de certidões, etc., não se perdessem e se cumprissem, fazendo com que tudo funcionasse da melhor maneira. Veja-se o que se passava com as visitas pastorais. Num processo que anualmente envolvia milhares de testemunhas e algumas centenas de acusados (milhares no século XVIII), para além de um vastíssimo leque de ordens deixadas em todas as paróquias relativas à conservação e decência da Igreja e dos objectos de culto, a administração episcopal tinha depois a capacidade para controlar todo o processo, sabendo se uma pessoa tinha já sido acusada anteriormente e de quê, quais os acusados que cumpriam ou não as ordens a que ficavam obrigados, conhecendo a fase do processo em que se encontravam as obrigações deixadas nos «capítulos de visitas», etc. Queremos com isto dizer que a administração diocesana possuía uma complexa e eficaz capacidade burocrática de que os vestígios do seu arquivo constituem uma prova flagrante, capacidade essa que corresponderia sem dúvida à necessidade de afirmação alargada dos poderes episcopais<sup>30</sup>.

### Visitas pastorais

A difusão da pastoral episcopal e a tentativa de levar as populações a agirem em consonância com padrões de comportamento cristãos, obrigava à existência de alguns mecanismos capazes de implantar essa política. As visitas pastorais eram neste âmbito um veículo privilegiado. De acordo com disposições tridentinas, o sentido que muitos manuais de visitadores e Constituições diocesanas davam a este acto era muito claro. Pretendia-se que a visita conseguisse «(...) plantar boa e sã doutrina extirpando as herezias,

---

<sup>30</sup> Um bom exemplo desta capacidade burocrática é ainda dado pela existência na diocese de livros com os formulários e procedimentos a usar em vários aspectos da administração. Cf. AUC, *Livro de prática eclesiástica*, III/D,1,3,1,118 e 119.

sismas e superstições a ella contrarias, conservar os bons costumes, e emendar os maos com amoestações, repulções e castigos convenientes; ensinar ao povo o que convem para sua salvação e incitar os fiéis à virtude, paz e conformidade, e fazer tudo o mais que lhe parecer que convem para proveito de nossos subditos»<sup>31</sup>. Os resultados concretos da acção visitacional, tal qual hoje se podem conhecer para a diocese de Coimbra, espelham com bastante fidelidade esta declaração de intenções, bem como a marca decisiva do desempenho dos vários bispos que a diocese foi tendo.

Antes de revelarmos alguns desses resultados convém, mais uma vez, chamar a atenção para a especificidade da visita portuguesa. Especificidade que residia fundamentalmente no elevado número de casos de pecados públicos que são denunciados na visita, na capacidade alargada que a jurisdição episcopal tinha, que lhe permitia impor penas materiais sobre laicos denunciados em visita, e no facto de o visitador para se inteirar dos comportamentos dos féis inquirir testemunhas que eram escolhidas, aparentemente sem qualquer discriminação, entre a totalidade da população de uma paróquia<sup>32</sup>. Sem ter presente este quadro dificilmente se compreenderá a dimensão e a eficácia que as visitas tinham enquanto mecanismo de difusão de uma pastoral e de normalização e controle de comportamentos.

Em trabalhos anteriores inventariámos e reconstruímos as série de livros de visitas existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra<sup>33</sup>. Tivemos ainda a oportunidade de apontar alguns

---

<sup>31</sup> Cf. *Constituições synodales do bispado de Coimbra*, Coimbra, Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1731, 334. Sentido idêntico a este era dado às visitas no texto de outras Constituições e em manuais de visitadores como por exemplo o de Mateus Soares, *Pratica e ordem pera os visitadores dos bispados ...*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1602, ou o de Lucas de Andrade, *Visita geral que deve fazer hum prelado no seu bispado ...*, Lisboa, João da Costa, 1623.

<sup>32</sup> Para uma análise mais pormenorizada deste assunto veja-se Joaquim Ramos de Carvalho, «A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime», *Revista Portuguesa de História*, 1988, Tomo XXIV, 125-132.

<sup>33</sup> Sobre estes assuntos veja-se Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, «Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, séculos XVII, XVIII e XIX», *op. cit.*, 111-214.



resultados concretos das visitas da diocese de Coimbra no tocante ao número de testemunhas e ao tipo de delitos mais denunciados, através da utilização de uma metodologia a que chamámos «levantamento anónimo» (em que se contabilizam apenas as testemunhas, os acusados e o tipo de delitos denunciados), tendo então usado os dados de um ano de visita para cada bispado ou sede vacante<sup>34</sup>. A continuação da aplicação desta «técnica» associando-lhe novos valores que pudessem detectar o sentido de evoluções havidas no interior de cada período de acção governativa da diocese, permitenos confirmar constatações então feitas e, paralelamente, apresentar novas ideias. Os novos anos agregados, 1690, 1702, 1713, 1718, 1741-43 e 1767 para os três arcediagos da diocese e 1650, 1673, 1691, 1705, 1709, 1714, 1719, 1734, 1738, 1763 para a cidade de Coimbra<sup>35</sup>, procuram assim que exista para cada bispado ou sede vacante, uma visita do seu início, outra do fim e outra de um momento intermédio.

A acumulação de todos os dados actualmente disponíveis conta com o registo das visitas a 3.842 freguesias, nas quais foram ouvidas 89.642 testemunhas (o que perfaz uma média de cerca de 23 por freguesia visitada), que acusaram 16.015 casos (cerca de 4,2 casos por freguesia). O leque de casos denunciados era bastante alargado. Em termos quantitativos os mais representados eram os delitos «morais» (neste grupo incluímos todos os casos de comportamento sexual e vida familiar irregulares aos olhos da Igreja, como amancebamentos, práticas abortivas, alcoviteirice, cedência de casa para práticas imorais — alcouce, consentimento de amancebamentos ou de prostituição, prostituição, casais que coabitavam antes da realização do matrimónio e casais que viviam separados)

---

<sup>34</sup> Estes resultados e a descrição da metodologia usada foram apresentados em Joaquim Carvalho e José Pedro Paiva, «A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII», *Ler História*, 15, 1989, 29-41.

<sup>35</sup> Refira-se que estes levantamentos foram efectuados por alunos nossos, do curso de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, inseridos em turmas de avaliação contínua. Assim, António José Peixinhos Caia executou o de 1690, Eduardo de Sousa o de 1702, Teresa Domingos Paulo o de 1713, Maria Isabel Nunes Vicente o de 1718, João Paulo Mendes o de 1741, Luís da Silva Fernandes o de 1767 e Maria Luísa de Albuquerque Melo todos os levantamentos da cidade.

com um total de 9.925 denúncias, o que corresponde a cerca de 59% do total de casos relatados. Saliente-se que destes 9.425 casos um número significativo, nada mais do que 6.102, eram amancebamentos. Tinham igualmente grande representatividade numérica os casos de embriaguês, com 2.122 acusações, equivalente a 13,2% do total de casos, e o delito de «má língua» (insultos e injúrias verbais) com 1.520 casos, correspondentes a 9,5% do total de acusações. Finalmente todos os outros delitos (num grupo extremamente heterogéneo onde aparecem acusações tão variadas como práticas mágicas, blasfémias, jogar ou fornecer casa para jogo, não pagar a dízima, faltar à missa, andar em ódio com o próximo, sacrilégio, usura, trabalhar em dias de resguardo, padres que não cumpriam com as suas obrigações enquanto sacerdotes, e ainda um conjunto imenso de práticas diversas não passíveis de qualquer tipificação como, por exemplo, um indivíduo que urinava em público, um homem que se vestia como as mulheres, um homem que deitava água no vinho, um rapaz que envenenava galinhas, etc.) perfaziam 2.949 acusações, cerca de 18,3% do total, não havendo neste grupo nenhum delito que isoladamente tivesse alcançado expressão numérica digna de realce.

Estes valores apresentados globalmente podem induzir-nos a pensar que o processo visitacional na diocese de Coimbra não conheceu oscilações ao longo do tempo, o que não é de toda verdade. Na realidade, os resultados obtidos confirmam a ideia de que existem diferenças significativas no resultado das visitas, diferenças essas que em grande parte são introduzidas pela acção dos prelados que presidiam aos destinos da diocese. O número e a composição dos casos denunciados nas visitas podem-nos ajudar a compreender esta influência.

O número médio de casos denunciados por freguesia ao longo do século XVII foi baixo (cerca de 1,8 por paróquia visitada) enquanto que o século XVIII, a partir da altura em que D. António de Vasconcelos e Sousa assume o cargo de bispo (1706), foi marcado por um grande crescimento deste indicador (5,4 casos por freguesia). Este movimento de subida teve fases distintas que parece corresponderem a períodos específicos da governação diocesana. Uma primeira fase iniciada em 1707, onde se conheceu o primeiro grande salto, que se manterá pelo menos até meados do bispado de D. António de Vasconcelos (1713). Uma segunda, correspondente ao longo período de sede vacante, em que a diocese mergulhou

desde o fim do bispado de Vasconcelos em 1717, até ao início da prelatura de Miguel da Anunciação em 1741, altura em que o número médio de casos denunciados por paróquia, apesar de se manter bastante acima dos valores registados no século XVII, conheceu uma ligeira tendência para a descida. E finalmente um terceiro momento, situável na primeira década do bispado de Miguel da Anunciação, em que se assiste a uma nova e vigorosa subida do número médio de casos denunciados (em 1752, 8,8 casos por paróquia). Esta tendência para a subida do número médio de denúncias começou a desacelerar provavelmente algures no final da segunda década da actividade episcopal de D. Miguel, e em 1767 já só foram denunciados cerca de 2,5 casos por freguesia.

Este aumento do número de casos denunciados não terá sido motivado por um crescimento das testemunhas inquiridas, já que estas tenderam a ser cada vez menos ao longo do século XVIII, devendo-se antes lugar ao aparecimento de novos casos, e decerto também a um maior zelo e rigor posto na actividade visitacional. De facto, a análise da composição dos casos denunciados mostra como o sentido de pecado, ou se quisermos usar uma linguagem menos severa, a noção do que era interdito ao cristão, ou aquilo que era considerado um comportamento padrão que se pretendia ver observado, variou no tempo. No século XVII o que se pretendeu fundamentalmente com as visitas, na sua vertente temporal entendida-se, foi regular o comportamento sexual e familiar das populações. Dos 3.509 casos denunciados até 1705, 86% eram delitos do tipo «moral» tal como os definimos acima.

A partir de 1707, sem que a estrutura do tipo de casos denunciados se tivesse alterado, assistimos a um crescimento do número de casos. Isso leva-nos a supor como a partir desta data o zelo colocado nesta actividade aumentou. Esta ideia pode ainda comprovar-se através de uma série de alterações no processo burocrático de registo e realização da visita que decerto visavam conferir maior eficácia a todo o processo. Com efeito, a partir do bispado de D. António de Vasconcelos e Sousa a pronúncia dos culpados deixou de ser feita na Mesa Episcopal, no final da efectivação de um circuito de visita, e passou a ser executada pelo próprio visitador durante a visitação, à excepção de alguns casos considerados graves que tinham sempre que esperar por uma decisão da *Mesa*. A esta alteração correspondeu uma mudança interna nos próprios livros de devassa, onde se registava a parte temporal da visita, que a

partir de agora passaram a registar os pronunciados no fim dos depoimentos das testemunhas de uma freguesia, quando anteriormente apareciam no final do livro agregando os pronunciados de todas as freguesias visitadas. Nesta altura, os «termos» a que alguns culpados ficavam obrigados deixaram igualmente de ser registados nos «livros de devassa» e passaram a ser executados num livro à parte chamado «livro de termos». Por esta época difundiu-se também a efectivação de índices dos «livros de devassa», bem como um cuidado maior posto na identificação das testemunhas, que a partir desta altura são quase sempre identificadas pelo nome, idade, profissão, morada e «estado civil», quando anteriormente a profissão, a morada e o «estado civil» raras vezes eram anotados. Estes aspectos, apesar de parecerem algo dispiciendos, revelam, a nosso ver, a maior capacidade organizativa que se vai instaurando no processo visitacional, que acompanha o novo zelo posto nesta tarefa.

Mas se o primeiro grande salto do número de acusados terá sido conseguido à custa do novo empenho trazido pelas mãos do bispo D. António de Vasconcelos e Sousa, os aumentos seguintes foram propiciados principalmente pelo aparecimento de novos delitos. Primeiro o delito de «má língua» (injúrias verbais), que já tinha surgido em 1686 com D. João de Melo, mas com valores muito baixos, e que a partir de 1718 conhece um significativo aumento. Depois a embriaguês que a partir de 1736, e de forma exacerbada no tempo de Miguel da Anunciação, se torna num dos casos mais denunciados. Refira-se que antes de 1718 não há acusações de embriaguês que recaiam sobre a população. Os poucos casos deste comportamento denunciados antes de 1718 eram quase exclusivamente da autoria de eclesiásticos.

O facto de aparecerem novos tipos de casos denunciados não significa que a «batalha» da normalização dos comportamentos familiares e sexuais tivesse sido vencida, uma vez que o seu número absoluto continuou a crescer ao longo do século XVIII, quer antes dizer que o tipo de conduta que se pretendia que as populações tivessem estava a ser alargado para áreas até aí descuradas. O grande aumento percentual e global dos delitos que classificámos como «outros», isto é, todos os que não eram «moral», embriaguês ou «má língua», comprova também esta interpretação. Mas o mais curioso é que dentro deste tipo de delitos o número daqueles que são inclassificáveis enquanto grupo, por serem sobretudo o resul-

tado de comportamentos individuais pouco comuns, cresceu extraordinariamente no século XVIII e fundamentalmente no tempo de Miguel da Anunciação. Penso poder-se dizer que um dos paradigmas da actividade visitacional de D. Miguel foi o da normalização alargada dos comportamentos das populações. Exemplos destes casos que passaram a surgir com alguma frequência, são o cantar e tocar de noite, ir a serões, fazer bailes, desinquietar mulheres, filhos que desobedecem aos pais, etc. Note-se que esta preocupação alargada em relação aos comportamentos dos fiéis, foi igualmente notada por Manuel Augusto Rodrigues quando estudou as cartas pastorais de D. Miguel da Anunciação. Na sua análise e depois de apresentar alguns exemplos concretos das preocupações do prelado nesta matéria, o autor diz a dado passo: «Todos os pormenores da vida quotidiana são objecto dos seus cuidados pastorais, certamente num tempo em que os abusos eram frequentes»<sup>36</sup>. Os resultados da visita espelham, de facto, esta preocupação.

Os dados actualmente disponíveis indiciam ainda a existência de mudanças de empenhamento, em relação ao processo visitacional, ao longo do período em que um mesmo bispo preside ao governo da diocese. Esta variação pode captar-se ao nível do número médio de casos denunciados e neste aspecto o tempo de D. António de Vasconcelos e Sousa e o de D. Miguel da Anunciação constituem dois flagrantes exemplos. O que caracteriza a evolução deste indicador é o facto de nas primeiras visitas que se efectuam no seu tempo, o número médio de casos denunciados crescer bastante em relação aos períodos de sede vacante que os precederam, o que pode querer significar como desde o início do seu bispado estes dois homens procuraram dar um novo vigor ao processo visitacional, muitas vezes empenhando-se pessoalmente na realização das visitas (D. Miguel fez a visita espiritual da diocese, acompanhado por um visitador para a parte temporal, em vários anos da sua prelatura<sup>37</sup>). Mas depois desta entrada empenhada assiste-se a um

---

<sup>36</sup> Cf. Manuel Augusto Rodrigues, *As preocupações apostólicas de D. Miguel da Anunciação à luz das suas cartas pastorais*, Sep. das actas do colóquio *A Mulher na Sociedade Portuguesa*, 1985, 16.

<sup>37</sup> Em 1741 no arcediagado de Vouga, cf. AUC, III/D,1,5,1,26, em 1745 no arcediagado de Penela, cf. AUC, III/D,1,4,4,68, em 1746 no arcediagado de Vouga, cf. AUC, III/D,1,5,1,32, em 1747 no arcediagado de Vouga, cf. III/D,



relativo abrandamento desse empenho que vai fazer com que o número médio de casos denunciados tenda a descer ao longo do seu exercício à frente do bispado. Esta tendência é também visível ainda que de uma forma não tão nítida no tempo de D. João de Melo, se bem que os últimos dados de uma visita conhecida enquanto ele foi bispo (1702) revelem um sentido inverso (lembre-se, no entanto, que estes primeiros anos do século XVIII constituem um período muito atípico no tocante aos resultados da actividade visitacional).

Os resultados da visita não sofrem apenas a interferência dos dirigentes da diocese, como temos vindo a mostrar, podendo também ser marcados pelo acção concreta dos visitantes que, num ou noutro ano, podiam ter intenções muito precisas em relação a este ou àquele comportamento o que fazia com que durante a visita insistissem nesses casos, para assim os tentarem emendar, o que tinha obviamente consequências ao nível dos delitos denunciados pelas populações. Dos anos já estudados isso sucedeu de forma flagrante apenas por uma vez, mais precisamente no ano de 1713 em relação ao delito de usura. Nesse ano, contabilizaram-se 540 acusações deste delito num total de 1.510 casos, que superaram mesmo o número de amancebamentos. O mais significativo é que desses 540 casos, 523 eram do arcediagado do Vouga, apenas 8 do de Penela e 9 do de Seia, o que pode querer mostrar como foi a acção do visitador daquela circunscrição a causa do sucedido.

O mecanismo visitacional não espelha apenas preocupações oriundas dos poderes que o implementavam, reflectindo também comportamentos diferenciados da parte das populações. Isso mesmo se nota pelas singularidades regionais dos resultados das visitas. Os valores das visitas na cidade de Coimbra, que constituía um circuito de visita autónomo, e nos restantes arcediagados da diocese compostos por áreas não urbanas, não foram semelhantes. As visitas de Coimbra distinguem-se das do resto da diocese por três indicadores. Ouvem-se em média muito mais testemunhas do que fora da cidade (44 testemunhas por freguesia contra as 23 do total da diocese), são denunciados mais casos (16 por paróquia

---

1,5,1,34, em 1748 no arcediagado de Vouga, e no de Seia, cf. AUC, III/D,1,5,1,37 e III/D,1,4,3,12, em 1750 no arcediagado de Vouga, cf. AUC, III/D,1,5,1,39, em 1754 no arcediagado de Seia, cf. AUC, III/D,1,4,3,17.

contra os cerca de 4 da diocese no conjunto), esses casos são quase exclusivamente do tipo «moral» (cerca de 82% do total, a diocese tinha cerca de 59%) mas com a particularidade de aqui o número de amancebamentos não totalizar mais ocorrências do que o somatório dos outros delitos que compõem este tipo de delito, como acontecia no resto da diocese. Dos 1.061 casos de tipo «moral» inventariados, apenas 530, cerca de 50%, são amancebamentos, enquanto que no resto da diocese os amancebamentos são cerca de 67% do total dos delitos de tipo «moral».

A leitura destas disparidades não se nos afigura difícil. É natural que na cidade se ouvissem mais pessoas dada a sua dimensão demográfica por comparação com agregados populacionais não urbanos, como, por igual motivo, era lógico que se delatassem mais casos. Mas a composição do tipo de delitos revela-nos como haveria uma certa diferença de comportamentos entre as populações urbanas e as outras. Assim, o facto de na cidade a percentagem de delitos como a prostituição, a alcoviteirice e o alcouce serem elevados deixa transparecer uma realidade urbana onde o comércio sexual e as actividades suas correlatas estariam muito mais difundidas do que no campo, como consequência da existência de uma «clientela» composta por uma população fluante bastante elevada, e pela maior brandura de um controle social exercido pela vizinhança, aspectos que se ligam ao maior número de indivíduos existentes nesse espaço e ainda à sua grande mobilidade, sendo, no caso concreto de Coimbra, os estudantes o paradigma desta mobilidade.

Os estudos produzidos a partir da metodologia a que chamamos «levantamento anónimo», não permitem entender em toda a sua dimensão a dinâmica criada pelo processo visitacional. Para se conhecerem com mais pormenor os resultados concretos das visitas é necessário empreender análises mais microscópicas, que para cada paróquia, analisem não apenas os totais de testemunhas, casos e acusados mas sim toda a informação registada numa devassa. Com esta metodologia, que apelidámos de «levantamento nominal», efectuaram-se já os levantamentos das freguesias de S. Martinho do Bispo, Granja do Ulmeiro, Avô, Seixo da Beira, Arganil, Vide, Sazes de Lervão, S. Lourenço do Bairro, Mira, e Eixo,

com resultados bastante interessantes<sup>38</sup>. Esta abordagem mais minuciosa do processo das visitas ao nível de uma paróquia conduz-nos a uma noção mais dinâmica e apurada não só do processo visitacional, mas também dos comportamentos, crenças e relações de sociabilidade das populações visitadas.

A visita marcava a sua presença com uma regularidade quase anual com a particularidade de acontecer num período mais ou menos fixo do ano, o que podia propiciar a existência no imaginário da comunidade de um tempo da visita que provocaria determinadas reacções e comportamentos por parte das populações<sup>39</sup>. Assim, por exemplo, em S. Martinho do Bispo a maioria das visitas acontecia em Julho, em Sazes do Lôrvão em Setembro e Outubro, no Eixo em Julho e Agosto e em Vide em Julho durante o séc. XVII, e Setembro no século XVIII.

A presença do visitador não podia passar despercebida à população uma vez que a comparência na visita era obrigatória para todos os paroquianos. A ausência à visita podia conduzir inclusive ao pagamento de uma multa. Num inquérito feito em 1667 ao procedimento do visitador António Pinto de Almeida, aparece a seguinte nota: «As pessoas abaixo nomeadas foram condenadas cada huma

---

<sup>38</sup> Estes trabalhos foram efectuados por alunos nossos integrados num projecto de avaliação contínua: Isabel Alte da Veiga, *Levantamento nominal da freguesia de Avô (1701 a 1783), para o estudo das visitas pastorais na Diocese de Coimbra*; Dália Maria Neves Rodrigues, *Visitas pastorais portuguesas. Sua incidência em Sazes de Lôrvão (1652-1718)*; Neusa Gonçalves da Silva, *As visitas pastorais de Seixo da Beira (1650-1700)*; Francisco Azevedo Mendes, *Descobrimos S. Martinho do Bispo a partir das visitas pastorais (1649-1755)*; Ana Paula Félix Rocha, *As visitas pastorais na freguesia de Arganil no século XVIII (1702-1783)*; Telma Correia, *As visitas de S. Lourenço do Bairro (1650-1730)*; Maria Teresa Barbosa Cardoso, *Estudo sobre as visitas pastorais à freguesia de Granja do Ulmeiro (1650-1718)*; Margarida Maria Gomes, *A freguesia de Mira nas visitas pastorais (1650-1700)*; Ernestina Tiago, *As visitas pastorais da paróquia de Vide de 1651 a 1794* e Maria Natália Dias, *As visitas pastorais de Eixo (1650-1700)*. A todos agradecemos a colaboração prestada.

<sup>39</sup> Esta regularidade quase anual da visita em cada paróquia pode ser facilmente comprovável através da análise de alguns «livros de capítulos». A título de exemplo vejam-se os de Barrô, AUC, III/D,1,5,2,144, Sandomil, AUC, III/D,1,5,2,91 e Castelo Viegas, AUC, III/D,1,4,4,4. Note-se, contudo, que a periodicidade da visita no século XVIII tendeu a espaçar-se. O livro de Sandomil, por exemplo, mostra-o com clareza.

em meio tostão por não assistirem na procissão da visita...», seguindo-se depois uma lista de indivíduos<sup>40</sup>.

Esta presença rotineira e cíclica da visita estimulava determinados comportamentos não só da parte daqueles que em virtude dos seus procedimentos temiam ser denunciados, como da parte dos que usavam a visita para criar situações de supremacia sobre terceiros, através da ameaça de que os denunciariam. Deste modo, algumas pessoas fugiam da sua freguesia no tempo da visita com medo de serem admoestadas pelo visitador. Como exemplo, cite-se o caso referido por Manuel Simões, o Santo de alcunha, que no ano de 1722, na freguesia de S. Martinho do Bispo, acusou uma Teresa Jarata de andar amancebada e de ser alcoviteira da sua filha Esperança, e que no seu depoimento diz a dado passo: «(...) as rés houvera dois ou tres meses se foram para a Ribeira, isento de Santa Cruz, com medo da presente visita...»<sup>41</sup>. Outros alteravam os seus comportamentos habituais tentando encobrir o seu mau comportamento. Na freguesia do Eixo, conta uma das testemunhas que depuseram, no ano de 1671, que: «Maria João (...) anda amancebada com o padre Simão da Fonseca (...), o que ella testemunha dise sabia por se diser geralmente no dito lugar e nesta freguesia, e por ver que a denunciada morou alguns annos no dito lugar de Alqueirão onde mora o dito denunciado e por la a meteram na visitaçam todos os annos se veio para o dito lugar aonde he que a denunciado vem muitas vezes a casa da denunciada (...)»<sup>42</sup>.

Havia ainda aqueles que se procuravam comportar ao agrado dos seus vizinhos no tempo que antecedia a data da visita, para desta forma os tentarem dissuadir de os acusarem. Na devassa da freguesia de Alrote, em 1738, foi acusada de ser feiticeira e de não «fazer vida» com o seu marido uma Umbelina Borges, dizendo uma das testemunhas que a acusou que ela não tem emenda «(...) a não ser nas antevesperas das vindas dos visitadores (...)»<sup>43</sup>.

<sup>40</sup> Cf. AUC, *Inquérito ao procedimento de António Pinto de Almeida*, III/D, 1,4,5,12, fl. 37.

<sup>41</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Penela de 1721*, III/D, 1,4,4,5, fl. 787.

<sup>42</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1671*, III/D, 1,4,5,16, fl. 305-305v.

<sup>43</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Seia de 1738*, III/D, 1,4,3,8, fl. 397.

Alguns ameaçavam mesmo as testemunhas de que se vingariam caso fossem denunciados, como, por exemplo, um Francisco Fernandes, da freguesia de S. Pedro de Coimbra, que no ano de 1734 foi acusado de perturbar a visita por desafiar as testemunhas «com espada nua»<sup>44</sup>. É claro que também acontecia algumas pessoas, em virtude de influências de que gozavam, declararem publicamente não se incomodarem com o que lhes pudesse acontecer caso fossem acusadas na visita. Na freguesia de Avô, em 1678, Manuel Garcia de Mascarenhas que acusou o padre Luís Velho de Miranda de andar amancebado com uma moça, de quem teria tido um filho, conta que o acusado, depois de em público ler a pastoral da visita, disse que: «... enquanto houvesse Magalhães e Mexias e Curados que se lhe não dava das culpas que se lhe fulminassem», dando assim a entender que os conhecimentos que teria serviriam para lhe evitar problemas. No entanto, afirmava igualmente que «havia de fazer andar a pedir» quem jurasse contra ele na visita<sup>45</sup>.

Mas se havia indivíduos a quem a visita perturbava pelo seu mau comportamento, outros aproveitavam-se dela para tentar obter situações de favor nas suas relações, ameaçando denúncias e, nalguns casos, não se importando mesmo de prestar falsas declarações. Na visita da freguesia de Góis de 1753, uma das testemunhas diz que «(...) ouvira dizer a varias pessoas que Manuel Martins, alfaiate, andara induzindo testemunhas para jurarem nesta devassa contra o padre cura João Henriques, (...) porem que a ele testemunha lhe não falara nesta materia, nem vira que ele falasse a pessoa alguma, porem sabe, pelo ver, que o dito Manuel Martins é orgulhoso e trapoleiro (...)»<sup>46</sup>. Por vezes, estas situações eram descobertas e geravam acusações. Na devassa de Ílhavo de 1715 houve dois indivíduos pronunciados por «irem jurar às devassas com ódio e com presunções de falsidade»<sup>47</sup>. Mas se uns iam longe de mais, outros não se atreviam a ir denunciar certos casos aos visitantes com medo do que os acusados lhes pudessem fazer.

---

<sup>44</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa de Coimbra de 1734*, III/D,1,4,3,81, fl. 277.

<sup>45</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Seia de 1673*, III/D, 1,4,2,65, fl. 49.

<sup>46</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Seia de 1753*, III/D, 1,4,3,16, fl. 104.

<sup>47</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1715*, III/D, 1,4,5,59, fl. 128.



Esta situação era relativamente frequente nos casos de bruxaria. O depoimento de uma das testemunhas que, no ano de 1656, denunciou Catarina Fernandes, a Negra de alcunha, da freguesia de Pinhanços comprova-o. Diz ela que a «Negra» «... he ma lingua e ameaça as pessoas que vão a visitação que lhe hao de pagar se testemunharem contra ella; e hum homem que ameassou no ano passado, por testemunhar contra ella, morreo este ano e por esta razão todos temem vir jurar contra ella»<sup>48</sup>.

As testemunhas da visita numa dada paróquia eram maioritariamente do sexo masculino, casadas e com uma idade compreendida entre os 30 e os 60 anos (com idades declaradas normalmente terminadas em 0 ou 5, o que é típico de populações analfabetas). Estes traços reflectem de certa forma o seu processo de recrutamento que era feito a partir dos «róis de confessados», escolhendo-se aí, naturalmente, os «cabeças de fogo», como sendo as pessoas mais respeitáveis e conhecedoras da vida do lugar.

Apesar desta homogeneidade as testemunhas cobriam um leque bastante variado de actividades profissionais, e/ou cargos ocupados, que reflectem bem o tipo de trabalho e até as instituições existentes numa localidade. Na vila do Eixo encontramos a depor gente ligada à justiça, como o juiz da vila, à esfera militar, como o alcaide, à administração concelhia, como vereadores, almotacés, escrivães, à vida da Igreja, como eclesiásticos, juizes da igreja, mordomos e tesoureiros de confrarias, aos mais variados officios como alfaiates, barbeiros, caldeireiros, sapateiros e à vida agrícola, como lavradores e jornaleiros (este último grupo era o mais representado). Numa paróquia mais pequena e remota, Vide, surgem-nos apenas pessoas ligadas à vida da Igreja, eclesiásticos e juizes da igreja, aos officios, como alfaiates, sapateiros, cardadores e carpinteiros, e às actividades agro-pastoris, como lavradores, trabalhadores, seareiros, pastores.

Outra particularidade do recrutamento das testemunhas é o facto de elas serem oriundas dos vários lugares que compõem a freguesia, apesar da predominância das da sede de freguesia, o que mostra bem como a presença da Igreja através da visita procurava não descurar nenhum espaço.

---

<sup>48</sup> Cf. AUC, *Devassa do arcediagado de Seia de 1656*, III/D,1,4,2,46, visita da freguesia de Pinhanços, fl. 175v.

As testemunhas surgem a depor na visita normalmente apenas uma, ou duas vezes<sup>49</sup>. Isto é, parece que as visitas através do seu processo de recrutamento de testemunhas não estariam, na maior parte dos casos, ao serviço da criação de «grupos de pressão» no interior da comunidade, que poderiam ser propiciados pelo privilégio que alguns indivíduos teriam de poder chegar junto do visitador de forma sistemática e relatar casos do seu conhecimento. Esclareça-se, contudo, que ser testemunha não era sinónimo de fazer acusações. Um indivíduo podia ser chamado pelo visitador e não acusar ninguém. No Eixo a testemunha mais vezes citada foi Manuel Coelho, que tendo testemunhado em 6 visitas nunca acusou ninguém.

Esta constatação não obsta a que nalgumas situações alguns indivíduos não gozassem de um certo poder pelo facto de com grande frequência aparecerem a testemunhar na visita. Como é que alguém não teria receio de «pecar publicamente» aos olhos do padre António Francisco e do padre João Rodrigues, que na freguesia de S. Martinho do Bispo foram testemunhas 21 vezes<sup>50</sup>? Como não temer um António de Paiva, que em Avô foi testemunha sete vezes e que em alguns anos «levava» igualmente a testemunhar a sua mulher e uma filha? Em alguns casos nota-se mesmo uma certa «hereditariedade» na função de testemunha. Em Avô, o juiz dos órfãos, um Estêvão Álvares de Sequeira, testemunhou cinco vezes entre 1701 e 1726, a partir desta data ele desaparece e surge seu filho, José Álvares de Sequeira, de igual modo juiz dos órfãos, a testemunhar por três vezes. Mas se, por vezes, se pode supor que algumas pessoas por aparecerem a testemunhar com frequência ganhariam um certo poder no seio da comunidade, é bom salientar que esses indivíduos não eram obrigatoriamente pessoas com posições de destaque na vida económica e institucional do lugar. Em Avô, por exemplo, das três testemunhas que aparecem oito vezes, uma é carpinteiro, outra trabalhador e outra lavrador. Já no Eixo, uma das testemunhas crónicas era um Heitor Teixeira de Macedo, escrivão da vila.

---

<sup>49</sup> Em Avô, que exemplifica bem o que se passa em outras paróquia, 220 testemunhas depuseram apenas uma vez, 65 duas vezes, 36 três vezes, 10 quatro vezes, 9 cinco vezes, 4 seis vezes, 4 sete vezes e 3 oito vezes, ao longo dos cerca de 80 anos estudados.

<sup>50</sup> O primeiro entre 1651 e 1676 e o segundo entre 1651 e 1687.

O facto de ser testemunha não tornava ninguém impune perante a visita. Apesar de ser raro também acontecia algumas pessoas serem testemunhas e acusadas, até no mesmo ano. Em Mira apenas 4 pessoas em 730 testemunhas e 240 acusados o foram simultaneamente. Nas visitas de Avô, Custódio Marques foi testemunha em sete anos acusado em três. José da Costa Mascarenhas, que vivia da sua fazenda e era escrivão, testemunhou cinco vezes e foi acusado uma, precisamente num ano em que também foi testemunha, 1709.

Estas testemunhas conheciam os casos denunciados através de três processos fundamentais. Ou porque havia «fama pública», ou por terem presenciado o acusado a perpetrar o delito, ou porque sendo vizinhos ou familiares dos acusados tinham um envolvimento mais directo no caso. Na freguesia de Mira cerca de 47% das testemunhas conheciam os denunciados apenas através da publicidade que o caso tinha na comunidade, cerca de 40%, justificavam os seus depoimentos alegando terem visto o acusado a delinquir. Os restantes 13% das testemunhas mostravam um envolvimento maior nos casos denunciados. Alguns eram vizinhos dos acusados o que os levava a sentirem-se incomodados com os seus comportamentos, como por exemplo um juiz que dizia ter expulso da sua rua uma mulher devassa pelo escândalo e barulho que provocavam as suas actividades pouco honestas<sup>51</sup>. Outros eram seus familiares que sofriam por vezes nas suas vidas com os desacatos dos seus parentes. Assim, sucedem casos como o de testemunhas que conhecem os casos por os denunciados lhes terem falado nisso, contando concertiza com um sigilo que acabou por ser quebrado, de pais que se queixam do amancebamento do seu filho, etc. O facto de se poderem denunciar casos apenas por haver fama pública e de parentes poderem denunciar parentes, mostra como seria muito difícil alguém poder ter comportamentos condenáveis e não ser denunciado por isso. Isto é, o facto de bastarem algumas testemunhas de fama para levarem à condenação de alguém deve ter criado necessidades muito fortes de as pessoas defenderem a sua reputação não se comportando de forma a poderem suscitar quaisquer suspeitas.

---

<sup>51</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1674*, III/D, 1,4,5,18, fl. 93.

Em relação aos acusados não é possível obter uma caracterização sociológica tão precisa como no tocante às testemunhas. Pode-se, contudo, dizer que, naturalmente, o grande desequilíbrio que havia entre testemunhas dos dois sexos quase desaparece. Constata-se ainda que a distribuição dos acusados por «estado civil» não é tão favorável aos casados como acontecia com as testemunhas, mantendo-se características como o alargado leque de profissões e/ou cargos desempenhados e uma variada origem em relação aos vários lugares da paróquia, obviamente com predomínio da sede de freguesia. Este equilíbrio da distribuição dos acusados quanto ao sexo e «estado civil», aliado à variedade de lugares de origem e profissões (o que constitui um bom indicador social), mais uma vez mostra como as visitas não elegiam como alvo privilegiado de acção grupos específicos da sociedade, como aconteceu no caso português com a Inquisição em relação aos cristãos-novos, antes se constituía num mecanismo socialmente alargado de normalização social.

As visitas deviam ter de facto alguma eficácia enquanto dissuasores de comportamentos desviados, quer dizer, os acusados normalmente emendavam-se depois de denunciados. Na maior parte dos casos, não só nunca mais voltavam a ser acusados como, regra geral, cumpriam as «pronúncias» a que os visitantes os obrigavam, ainda que por vezes ao aceitarem a pronúncia se declarassem inocentes, preferindo no entanto aceitá-la já que a sua recusa lhes ficava mais cara em termos financeiros. Os exemplos são todos concordantes ainda que com níveis diferentes, o que deixa supor variáveis de comportamento entre as paróquias. Em Arganil de um total de 218 acusados, 179 (cerca de 82%) só foram acusados uma vez e dos 94 que ficaram obrigados a fazer termos, quer de aceitação da culpa, quer de fazerem cessar a fama, 73 (cerca de 78%) cumpriram essa obrigação. Em Mira, em 126 acusados, 96 (76%) tiveram uma única acusação. Na Granja do Ulmeiro a proporção é de 41 (52%) acusações únicas em 96 casos.

Se por um lado, como acabámos de ver, a maior parte dos acusados em visita não reincide nas suas culpas, a análise cronologicamente prolongada das visitas a uma paróquia permite igualmente perceber como havia nas comunidades um grupo restrito de indivíduos que não só não se emendavam, como tinham mesmo tendência para serem acusados de múltiplos casos. Um dos exemplos mais flagrantes é o de uma Maria Ramalha, residente no lugar

e freguesia de Mira que, entre os anos de 1664 e 1681, foi acusada de 13 delitos. Em 1664 foi acusada por ser devassa e viver separada do marido<sup>52</sup>. Em 1667, novamente por devassa, «recebia mancebos em sua casa», e por andar amancebada com um rapaz de Arazede<sup>53</sup>. Em 1671, volta a ser delatada, desta vez por amancebamento e ter fugido do marido que morava em Cantanhede<sup>54</sup>. Em 1679 é devassa, metia «muitos homens em casa para pecarem com ela», como diz uma Maria Francisca, e era consentidora da devassidão de uma sua filha<sup>55</sup>. Em 1680 volta a ser acusada dos mesmos delitos<sup>56</sup>. Finalmente, em 1681 repetem-se as acusações de devassa e consentidora, a que se junta a de alcoviteira da filha<sup>57</sup>.

Por vezes são as próprias testemunhas a constatarem perante o visitador que os correctivos da visita não têm efeito. Maria Francisca, do Eixo, acusada em 1690 de andar amancebada com um viúvo, existindo um filho desta ligação, em 1693 de devassidão, alcoviteirice, amancebamento, e de realizar práticas abortivas, é referida por uma das testemunhas que a acusou neste ano, João Jorge, como sendo «...molher mal procedida e devassa de seu corpo e não se nega a quem com ela quer pecar e que sabe ele testemunha, pelo ver e ser vesinho da denunciada, que a toda a hora assim de dia como de noite entrão varios homens em casa da denunciada, a qual muitas veses tem sido culpada em visitas sem nunca se emender antes sendo cada ves pior»<sup>58</sup>.

Esta reincidência em comportamentos puníveis pelas visitas detecta-se por vezes não apenas ao nível individual, como vimos, mas também em relação a famílias inteiras, deixando supor como

---

<sup>52</sup> AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1664*, III/D,1,4,5,9, visita da freguesia de Mira.

<sup>53</sup> AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1667*, III/D,1,4,5,11, visita da freguesia de Mira.

<sup>54</sup> AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1671*, III/D,1,4,5,16, visita da freguesia de Mira.

<sup>55</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1679*, III/D, 1,4,5,24, visita da freguesia de Mira.

<sup>56</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1680*, III/D, 1,4,5,25, visita da freguesia de Mira.

<sup>57</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1681*, III/D, 1,4,5,27, visita da freguesia de Mira.

<sup>58</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1693*, III/D, 1,4,5,35, fl. 282.



nestas comunidades haveria focos de «delinquentes» que se tornavam no alvo principal das visitas, funcionando estas como um mecanismo exterior à comunidade que servia para controlar os indesejáveis. Em Avô surge-nos o caso mais típico desta situação. Francisco Fernandes e Beatriz Dias, que eram marido e mulher, foram acusados em 1701 de consentirem a devassidão de uma sua filha, chamada Isabel. Em 1705, o irmão da Isabel e filho dos mesmos pais, andava amancebado com uma Margarida Jorge, mulher de má reputação na vila, enquanto a irmã Isabel era acusada de andar amancebada nos anos de 1705, 1707, 1708 e 1709. Finalmente em 1709, quando já tinha falecido Francisco Fernandes, a Isabel, mais duas irmãs de nome Susana e Ana, a mãe delas e uma prima chamada Maria Duarte, foram todas acusadas de serem bruxas e feiticeiras.

A dinâmica das acusações permite, finalmente, verificar como a coberto das visitas muitas vezes se tentariam resolver situações de conflito. Não era norma, mas sucedia ocorrerem acusações mútuas entre indivíduos, se bem que espaçadas no tempo, que sugerem algum sentido de vingança, como se encontram também situações de famílias inteiras que acusam os mesmos casos numa prova de grande solidariedade e também da defesa de certas posições. Aliás, esta possibilidade de alguém que tivesse sido denunciado em visita, mais tarde, e usando o mesmo processo, pretender uma retaliação sob aqueles que o acusaram, era mesmo permitida pelo próprio sistema que não tinha nenhuma disposição que pretendesse evitar que um acusado pudesse surgir no futuro como testemunha. Isto sucedeu em Mira com Joana Viana, que surge pela primeira vez em 1668 como testemunha acusando Maria Fernandes e Madalena Correia, suas vizinhas e a segunda sua parente em primeiro grau, de andarem em ódio entre si, isto é, de serem inimigas públicas<sup>59</sup>. Em 1676, a Joana Viana aparece novamente mas desta vez como acusada, sendo uma das denunciantes a sua vizinha e parente Madalena Correia, exactamente a mesma que Joana Viana acusara em 1668, que a delata por amancebamento com um barbeiro chamado António Rodrigues<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1668*, III/D, 1,4,5,13, fl. 143.

<sup>60</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Vouga de 1676*, III/D, 1,4,5,21, fl. 159.

Acusações de práticas de malefícios (bruxaria e feitiçaria) mostram também como a visita era usada como uma arma de defesa para tentar que os mágicos deixassem de exercer as suas nefastas acções, e como através da visita se procuravam sanar situações de tensão social. As visitas eram nestes casos, um meio para pôr termo definitivo às actividades de bruxas e feitiçadeiras, denunciando-as na visita e esperando que estas fossem castigadas, castigo que podia assumir a forma de degredo e assim implicar o seu afastamento compulsivo da comunidade, ou uma ameaça para as tentar dissuadir de praticarem as más acções que lhes eram imputados. Isto mesmo se pode depreender da análise cuidada da acusação que, no ano de 1694, foi feita contra Maria Antónia, a Direita de alcunha, por uma mulher que dizia ter sofrido com os seus maus poderes. No seu extenso depoimento de acusação, em que conta a história dos males que lhe sucederam desde que teve um filho que morreu, supostamente pelas acções da bruxa, fica claro que a acusação na visita foi o último recurso que ela encontrou para poder fazer cessar as actividades da «Direita» e ainda que, no desenrolar de todo o processo de conflito, ela usou a visita para ameaçar a acusada de que se não se emendasse ela a acusaria, tentando assim forçá-la a quebrar o mal que lhe vinha a fazer<sup>61</sup>.

As visitas não se esgotavam no tempo limitado, normalmente um ou dois dias, em que o visitador permanecia na freguesia. Os visitantes deixavam ordens, quer no plano espiritual, quer no temporal, que depois era necessário cumprir. É a este nível que se revela a eficácia ou ineficácia de todo o processo. Actualmente é já possível determinar a existência de uma completa rede de controle do cumprimento das disposições visitacionais que obrigavam a uma organização apurada da Câmara e do Auditório Eclesiásticos, com o seu corpo vasto de funcionários, que possuíam uma capacidade organizativa e burocrática efectiva para controlar a grande quantidade de pessoas culpadas com processos em fases distintas, pedidos de recurso, certidões, pedidos de anulação de penas, comissões de inquérito, etc. Isto tinha como consequência

---

<sup>61</sup> Uma análise mais detalhada deste caso pode ver-se no nosso trabalho, *Medo e necessidade. Práticas e crenças mágicas na diocese de Coimbra (1650-1740)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (poli-copiado), 1990.

uma presença constante das visitas, e consequentemente da Igreja, junto das populações que não apenas durante o tempo reduzido da visita, mas sim ao longo do período, por vezes alargado, a que o cumprimento das suas disposições obrigava.

Um dos instrumentos mais eficazes para o controle das pessoas que eram acusadas eram os «livros de extractos de culpados», elaborados na Câmara Eclesiástica. Nesses livros anotavam-se os acusados, as pronúncias a que ficavam obrigados e o cumprimento ou não das mesmas. Estes livros permitiam ainda aos visitantes saberem, durante o acto visitacional, se um dado indivíduo já tinha sido acusado anteriormente e de quê, para depois o poderem pronunciar de acordo com o seu grau de reincidência (isto depois de 1707, pois como já se disse acima, antes desta data a pronúncia era sempre feita na Mesa da Câmara Eclesiástica)<sup>62</sup>. Esta noção de que o livro servia como fonte de informação das pessoas acusadas, colhe-se mesmo explicitamente num desses livros quando se afirma: «Em a parte da Igreja ou freguesia donde as testemunhas se perguntam he bom telo diante para ver se as testemunhas falam em pessoa que tenha semelhança no nome com a que está no extracto, porque as testemunhas costumão nomear os reos culpados cada ves com deferente nome, confrontação ou apellido, e sucede ser o culpado o mesmo e não ser punido como devia...»<sup>63</sup>.

Acabada a visita havia toda uma tramitação que era necessário seguir. Assim, antes de 1707, após os acusados serem pronunciados na Mesa Episcopal, era necessário tomar uma série de providências que permitissem o seu cumprimento. A pronúncia da devassa do arcediagado de Penela de 1688, descreve com algum pormenor algumas das tarefas a realizar. Depois da lista dos pronunciados aparece a seguinte nota: «E pronunsiada assi esta devassa se ordenou que os presos se dessem em rol ao meirinho geral e se passassem os mandados e ordens necessarias para os arciprestes e parocos, na forma do estilo, e se desse o rol dos culpados ao reverendo doutor promotor para fazer seu officio da parte da jus-

---

<sup>62</sup> Actualmente conservam-se no AUC livros de extractos que cobrem um período cronologicamente situado entre 1680 e 1787. Ver Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva, «Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, séculos XVII, XVIII e XIX», *op. cit.*, 201-203.

<sup>63</sup> Cf. AUC, *Livro de extractos de culpados do arcediagado de Seia*, III/D,1,4,2,89, fl. 1.

tiça»<sup>64</sup>. Depois de 1707, como o visitador pronunciava a maioria dos casos, o processo era um pouco mais simplificado e sobretudo menos moroso.

Estas disposições tinham depois um eco que algum tempo após começava a chegar à Câmara Eclesiástica. Pedidos de indivíduos que por serem pobres pediam escusa de pagar multas a que foram obrigados<sup>65</sup>, de pessoas que ficaram obrigadas a fazer certos termos e que deslocando-se propositadamente a Coimbra para os fazerem pedem ao provisor que lhes marque uma audiência<sup>66</sup>, de presos que devido ao seu mau estado de saúde pedem autorização para ir para o hospital prometendo regressar ao cárcere após as suas melhoras<sup>67</sup>, de indivíduos que morando longe de Coimbra solicitam autorização para que os seus termos fossem tomados pelos párocos das suas paróquias<sup>68</sup>, de culpados que pediam alargamento do prazo que lhes tinha sido dado para se «livrarem» das suas culpas<sup>69</sup>, de certidões comprovativas de que não se foi culpado na visita<sup>70</sup>, de certidões que discriminassem as ordens dos capítulos de visita para que as pessoas envolvidas as pudessem efectuar<sup>71</sup>, de pedidos para que se fiscalizasse o cumprimento dos capítulos deixados na visita<sup>72</sup>, de respostas dos párocos a dizer que não tinham podido notificar um seu paroquiano tal como lhes tinha sido mandado,

---

<sup>64</sup> Cf. AUC, *Livro da devassa do arcediagado de Penela de 1688*, III/D, 1,4,45, pronúncia da Mesa, fl. não numerado antes do fl. 134.

<sup>65</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 6 e AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,12, doc. n.º 35.

<sup>66</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,12, doc. n.º 12.

<sup>67</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,12, doc. n.º 5.

<sup>68</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 75.

<sup>69</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 19.

<sup>70</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 20.

<sup>71</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,22, doc. n.º 14.

<sup>72</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 3.

por ele morar em paradeiro incerto<sup>73</sup>, de recursos para o Juízo da Coroa nos casos em que alguém se considerava agravado pela justiça eclesiástica<sup>74</sup>, etc. Tudo isto fazia com que muitos destes processos se arrastassem por longos períodos de tempo o que decerto consolidaria a sensação de presença que a Igreja marcava através da sua política visitacional. Em 1736 um António Albuquerque Castelo Branco e um António da Silva, moradores na freguesia do Ervedal, fazem um requerimento ao provisor para que este mande verificar o cumprimento das ordens deixadas pelo visitador no tocante aos capítulos da visita efectuada no ano de 1727<sup>75</sup>. Em 1787, quatro anos depois de ter sido acusada numa visita, ainda Maria Quitéria, da Redinha, vem pedir ao provisor para que este a dispense da pronúncia a que ficou obrigada<sup>76</sup>.

\*

Não queria terminar sem dar conta de alguns projectos de investigação que se efectuam actualmente em Coimbra e que têm a particularidade de se desenvolverem de uma forma coordenada, com o intuito de obter uma visão o mais global possível do que era a actividade diocesana nos séculos XVII e XVIII, de forma a permitir responder à questão inicial de que partimos que é a de saber de que forma concreta a Igreja marcou as crenças e os comportamentos das populações.

Se as visitas eram um dos elos que pautavam as relações dos dirigentes diocesanos, e por consequência da Igreja, com as populações, não eram obviamente o único. Um dos alicerces fundamentais de toda a acção pastoral da Igreja era o seu corpo de eclesiásticos. Eram eles que quotidianamente estavam junto das populações, tendo por isso uma grande responsabilidade não só na difusão das suas mensagens, como até no exemplo de conduta que deviam constituir. Isto para já não falar do peso institucional que o pároco tinha numa comunidade enquanto repre-

---

<sup>73</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,12, doc. n.º 30.

<sup>74</sup> Ver, por exemplo, AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 15.

<sup>75</sup> Cf. AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 3.

<sup>76</sup> Cf. AUC, *Caixas da Câmara Eclesiástica*, III/D,1,6,2,10, doc. n.º 74.



sentante de Deus. Por se reconhecer a função nuclear que o clero terá exercido não só na construção de uma certa imagem da Igreja, como igualmente na formação das populações, tem-se procurado começar a conhecer o que era o corpo clerical da diocese na época moderna. De onde era oriundo? Quais os ritmos de acesso às várias ordens da carreira eclesiástica ao longo do tempo? Qual a formação, académica e estritamente religiosa, deste pessoal? Como se processava a circulação dos vários indivíduos pelos benefícios que iam vagando? Qual a sua situação material? Qual o seu comportamento concreto na vida quotidiana (neste aspecto as visitas são uma fonte fundamental)? Os trabalhos que se desenvolvem nesta área, para a diocese de Coimbra, têm sido levados a cabo por Francisco Avevedo Mendes, bolseiro do INIC, que actualmente produziu já um recenseamento de todas as fontes passíveis de dar respostas a estas questões, tendo ainda inventariado alguns núcleos documentais, como o de processos de ordenação sacerdotal, para o qual existe um ficheiro informático com mais de 20.000 registos de processos, com o nome, data e origem geográfica do candidato. Este levantamento, aliado ao estudo dos «livros de matrícula» entretanto encetado, permitirá em breve a apresentação dos primeiros dados seguros sobre esta matéria.

Para se poder avaliar o resultado das acções da Igreja junto das populações e para se conhecerem as suas manifestações concretas de piedade, mecanismos de sociabilidade, comportamentos, atitudes, é preciso um conhecimento muito apurado dessas comunidade, procurando características comuns aos vários percursos da e de origem diversa que permita reconstruir com o máximo de fidelidade hoje possível aquilo que foi a vida de uma dada comunidades. Isso só é viável através da análise de documentação variada vida dos indivíduos que a compõem e tentando reconstituir as redes de relações interpessoais e grupais existentes. Nessa documentação incluímos uma série de fontes que fornecem elementos fundamentais sobre a vida das populações, como visitas pastorais, registos paroquiais, registos notariais, livros de confrarias, de misericórdias, actas das vereações dos concelhos, tombos, listas de revéis (os que não se confessavam na Quaresma), processos de ordenação sacerdotal, processos de colação, etc.

Actualmente desenvolvem-se estudos que procuram reconstruir aquilo que foi a vida das paróquias de Avô e de Soure, tendo-se já feito a recolha de informações relativas às visitas pastorais e aos

registos paroquiais (baptismos, casamentos e óbitos) bem como se procuraram e implementaram soluções para resolver os delicados e complexos problemas que este tipo de abordagens supõem. Soluções que passam pela criação de bases de dados normalizadas, linguagens específicas de transcrição de documentos que permitam um aumento da rentabilidade e segurança de recolha das fontes usadas, técnicas de raciocínio aproximativo aplicadas à identificação de pessoas, procedimentos de análise e de representação automática de redes de relações interpessoais. A primeira paróquia está a ser estudada por Isabel Alte da Veiga, bolseira do INIC e a segunda por Joaquim Ramos de Carvalho, assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, constituindo este seu trabalho a área em que prepara a sua dissertação de doutoramento.

Uma abordagem da história religiosa de uma diocese com o sentido e a amplitude que deixámos expressos exige uma cuidadosa análise de grandes conjuntos de informação, o trabalho coordenado de várias pessoas, levanta problemas de natureza metodológica bastante delicados, implica a necessidade de coordenar e rentabilizar investigações paralelas que fornecem dados umas às outras, etc. O que tentámos com este artigo foi equacionar alguns desses problemas e fornecer alguns resultados concretos dos projectos de investigação articulados que actualmente se desenvolvem a partir do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Finalmente impõem-se alguns públicos agradecimentos. Primeiramente, ao Dr. Joaquim Ramos de Carvalho com quem iniciei há cerca de 6 anos este projecto. Depois aos bolseiros do INIC, Dr.<sup>a</sup> Isabel Alte da Veiga e Dr. Francisco Azevedo Mendes, com quem nos últimos dois anos temos trabalhado em grande cooperação. Para todos a minha gratidão por me darem a possibilidade de ser o porta voz dos resultados de um trabalho que, no fundo, é património comum.

*José Pedro Paiva*

Instituto de História e Teoria das Ideias  
Faculdade de Letras  
3049 COIMBRA Codex